

2

Pressupostos teóricos

2.1

Introdução

A análise focaliza uma atividade de fala (Levinson, 1978; Gumperz, 1982) que consiste em entrevistas com o serviço social de um hospital público do Rio de Janeiro. Trata-se de um espaço institucional e que, a priori, leva os participantes a projetarem certas expectativas quanto à produção discursiva. Para os profissionais, as entrevistas funcionam como instrumentos de obtenção de informações sobre os pacientes para encaminhá-los às ações possíveis. É nesse contexto que os adolescentes são projetados socialmente em suas falas e nas de suas mães.

A partir das peculiaridades desse tipo de encontro social e entendendo a linguagem como organizadora desse encontro e, ao mesmo tempo, organizada por ele, procuramos, em nossa análise, observar esse aspecto contextual e reflexivo da produção discursiva, fazendo uso de conceitos da Sociolingüística Interacional, da Psicologia Social e dos Estudos Culturais.

A medida em que as identidades dos adolescentes são construídas, estigmas também são delineados. Ao falarem sobre a doença, mães e filhos relativizam ou não essas construções identitárias. Atividades relacionadas ao cotidiano dos pacientes também são consideradas a partir de como eles constroem o significado social da enfermidade. Algumas vezes, essa construção se dá a partir de narrativas. Dessa forma, as narrativas também estão sob o nosso olhar analítico.

2.2

Sociolingüística Interacional

A investigação da produção discursiva em situação de interação face-a-face evidencia que a linguagem toma forma e significado no seio das comunidades de fala. Para compreendermos como isso acontece, precisamos considerar a forma de organização social e cultural das sociedades, tendo em mente que o indivíduo interage de múltiplas formas nos diferentes espaços sociais.

Os estudos da Sociolingüística Interacional (SI) descrevem a organização interacional que governa as mais diversas situações sociais da vida cotidiana. Alguns exemplos dessas situações são jantares em família (Erickson, 1982) ou entre amigos (Tannen, 1984a).

A SI estabelece um importante diálogo, desde a sua origem, com diferentes áreas do conhecimento humano, como a Lingüística, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia Social e Cognitiva. Esse ambiente multidisciplinar permite um olhar mais abrangente de como as pessoas se fazem entender e entendem ao interagir umas com as outras e o que exatamente elas fazem ao usar a linguagem.

As respostas a esses questionamentos não podem ser dadas sem que seja considerado o aspecto situacional da produção da fala. Goffman (1964 [2002]) lembra a importância de se levar em consideração o estudo da situação ao se analisar as construções discursivas na interação face a face. Para ele, qualquer estudo da relação entre língua e sociedade precisa, necessariamente, partir do conceito de que o uso da fala se dá em contextos sociais específicos. Os significados não são, portanto, dados a priori, mas construídos interacionalmente, de forma dinâmica e complexa (cf. Gumperz, 1999a; Moita Lopes, 2001; Bastos, 2003).

Sendo assim, ao considerar a “natureza socioconstrucionista” da interação humana e as práticas comunicativas como forma de agir e perceber o mundo, os estudos da SI contemplam as diferentes possibilidades de significação para o que é dito em um encontro social. O interesse da SI é, então, “a prática comunicativa, o mundo real em que as forças interativas e sociais emergem” (Gumperz, 1999a).

É uma forma de abordar a linguagem como um sistema simbólico inacabado, aberto e construído nas interações sociais. A linguagem, então, tanto reflete significados (das organizações sociais humanas), como cria, também, outros significados (o que está acontecendo no momento do encontro social). A Sociolingüística Interacional é, enfim, uma área de pesquisa que trata do ato comunicativo em sua complexidade de realização.

Esse olhar da SI para o uso da linguagem como uma realização dinâmica, que inclui uma definição relacional e não-estática de organização social, nos fornece uma descrição da complexidade das relações humanas, a partir da análise de como os discursos e as interações sociais se organizam (Ribeiro e Garcez, 2002). O estudo dessa relação é feito através da observação do uso da fala em contextos sociais específicos, enfocando tanto encontros entre membros de uma mesma comunidade quanto entre participantes de diferentes culturas. Os estudos Sociolingüísticos Interacionais nos conduzem, enfim, a uma reflexão sobre os conceitos de linguagem e sociedade.

As pistas de contextualização, os enquadres e os alinhamentos são conceitos teóricos desenvolvidos pela SI como instrumento de análise do processo de atribuição de sentidos nas interações. Em nosso trabalho, a análise de identidades no discurso será feita a partir desses construtos teóricos.

2.2.1

Pistas de Contextualização

Nos discursos produzidos nos encontros sociais, encontramos pistas às quais podemos atribuir sentidos constitutivos do(s) significado(s) do que foi dito. Essas “pistas de contextualização” (Gumperz, 1982) devem ser consideradas conforme o contexto da situação de fala e indicam ao ouvinte como o que foi dito deve ser interpretado. De natureza sociolingüística, essas pistas funcionam como uma sinalização na conversação, orientando o falante quanto ao quadro comunicativo em vigor. As pistas de contextualização são, na definição de Gumperz,

“(...) constelações de traços superficiais da forma da mensagem, são meios através dos quais os falantes assinalam e os ouvintes interpretam qual é a atividade, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada sentença se relaciona ao que a precede ou segue. Esses traços são referidos como pistas de contextualização” (Gumperz, 2002 [1982], p.152).

De natureza lingüística, paralingüística, prosódica e não verbal, as pistas de contextualização são “raramente observadas em nível consciente e quase nunca comentadas de maneira direta”, ou seja, em uma conversação, “os significados das pistas de contextualização são implícitos” ao contexto. (Gumperz, 2002 [1982], p.152). Sendo assim, o valor significativo das pistas está relacionado às expectativas dos interlocutores do que é comum para aquela situação. O tom, por exemplo, é uma pista prosódica que pode definir, em Português, se o que foi dito deve ser entendido como um pedido, um apelo ou uma ordem. Isso será definido no contexto em que ocorre o ato.

Também são pistas de contextualização: alternância de código, de dialeto, de estilo (pistas lingüísticas); as pausas, o tempo da fala, as hesitações (pistas paralingüísticas); a entoação, o acento (pistas prosódicas); direcionamento do olhar, gestos, expressões faciais (pistas não-verbais). Na nossa pesquisa, não consideraremos as pistas não-verbais, já que o nosso material de análise não consta de gravação em vídeo.

O estudo das pistas de contextualização aponta para o modo como os significados são negociados na interação. Para Gumperz, a produção e interpretação de significados na interação face-a-face são resultados da participação de falante e ouvinte na produção do discurso.

2.2.2

Enquadres

As pistas de contextualização podem indicar, entre outras coisas, uma mudança de enquadre na fala. O enquadre é um elemento importante do processo de interpretação e de construção de sentido.

Bateson (1972) introduziu na Psicologia e na Psiquiatria a noção de que ninguém interpreta uma mensagem sem recorrer à metamensagem do enquadre (*frame*). Para Bateson, assim como a moldura de um quadro direciona o olhar do observador, ao falarmos, operamos em um universo específico que determina o que é figura e o que é fundo. A noção de enquadre diz respeito às instruções para que o ouvinte possa fazer inferências, interpretando de modo satisfatório o que foi dito. Dessa forma, o enquadre é, por assim dizer, metacomunicativo - dá instruções de como o ouvinte deve interpretar as mensagens, conforme o enquadre em que elas tenham sido apresentadas.

De natureza psicológica, o conceito de Bateson de enquadre refere-se à forma / significados no ato de comunicar. Goffman (1974) desenvolveu a teoria de Bateson, traçando os fundamentos teóricos da análise de enquadres a partir dos estudos de William James, Alfred Schutz e Harold Garfinkel. O interesse de Goffman era na natureza sociológica dos enquadres. Ele afirma que, na interação, os enquadres não são fixos, ou seja, os participantes de uma conversa estão a todo instante formulando ou reformulando enquadres. Esses enquadres organizam e orientam o encontro social.

Essa dinamicidade da noção de enquadre evidencia que o modo de mostrarmos como significamos o que dizemos ou fazemos está a todo instante sujeito a alterações, não só por parte do falante, mas também dos demais que participam da interação.

Goffman fundamenta sua teoria no princípio de que “definições da situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos - no mínimo os sociais - e nosso envolvimento subjetivo com eles” (Goffman, 1974). Nesse sentido, o conceito de enquadre refere-se às perguntas: ‘o que está acontecendo aqui?’ e ‘qual o significado do que está acontecendo aqui?’.

O falante pode apenas com o uso de pistas sinalizar em qual enquadre o que foi dito deve ser entendido ou pode também explicitá-lo previamente: “vou contar uma piada”, “vou fazer uma denúncia”, por exemplo.

O significado de uma elocução está, portanto, atrelado ao enquadre proposto pelo falante para que o que foi dito faça sentido na interação. O significado de uma elocução pode, inclusive, ser totalmente contrário ao que está verbalizado no discurso. Por exemplo, uma frase do tipo “mas que criança obediente!”, pronunciada em um tom jocoso, pode significar uma avaliação negativa numa situação em que um pai enquadre a sua fala como ‘repreensão’.

Como acima colocado, sinais sutis como tom de voz, entonação e expressão facial são pistas de contextualização e servem como dispositivos para enquadrar o que foi dito como uma brincadeira, uma piada, uma crítica, uma reclamação, e assim por diante, ou seja, a todo instante, sinalizamos por meio de diversos dispositivos, o que pensamos estar fazendo, intencionalmente ou não. Por outro lado, o nosso ouvinte pode também construir um enquadre diferente do pretendido para o que dizemos. Nesse caso, poderá ocorrer um problema na comunicação. Falante e ouvinte são, dessa forma, co-responsáveis na construção e manutenção de enquadres, tanto a nível micro, quanto a nível macro.

Enquadrar uma situação é, portanto, definir o universo possível em que os enunciados lingüísticos devem ser interpretados. Tannen e Wallat ([1987] 1998), ao definirem enquadres interativos, lembram que, sem essa definição do que está acontecendo, nenhuma atividade pode ser interpretada.

“Para saber qualquer elocução, um ouvinte (falante) deve saber dentro de qual enquadre ele foi composto: por exemplo, é uma piada? É uma discussão?”
(p.123)

As autoras concebem a noção de enquadre de forma dinâmica e separam essa noção da idéia de esquemas de conhecimento. Segundo as autoras, o uso que se faz do conceito de enquadre em diferentes áreas de pesquisa, como lingüística, inteligência artificial, antropologia e psicologia, abrange tanto enquadres interativos de interpretação (conforme a noção de Bateson), quanto as estruturas de conhecimento. Elas propõem que esses conceitos sejam tratados de forma distinta. Na interação, o significado do que é dito depende do enquadre construído para a situação. Para que o que foi dito seja interpretado, o ouvinte precisa

considerar o enquadre proposto pelo falante. O enquadre diz respeito à pergunta “o que está acontecendo aqui e agora?”, ou seja, o que foi dito depende do sentido dado pelo falante ao que disse (Tannen e Wallat ([1987] 1998).

Os esquemas de conhecimento também atuam na construção dos significados em uma interação. Na produção discursiva, estão presentes estruturas de conhecimento que se referem às expectativas que os participantes têm em relação às pessoas, objetos, eventos, enfim, as informações pressupostas para o que é realizado discursivamente no encontro (cf. Tannen, 1979). Essas informações podem ou não ser compartilhadas por todos os participantes da interação. Esse conceito de esquemas de conhecimento permite uma descrição mais precisa das estruturas que constroem a interação. Enquanto o enquadre relaciona-se a um princípio organizador dos significados do que foi dito, esquemas de conhecimento referem-se a estruturas cognitivas, de natureza não interacional, embora sejam também mutáveis e dinâmicos.

Em nossa análise, observamos como se dá a construção de identidades nos diferentes enquadres propostos durante as entrevistas com os assistentes sociais. Observamos que as construções discursivas são definidas a partir de esquemas de conhecimento do que a doença do adolescente representa para a sociedade, das expectativas dos papéis e funções sociais das pessoas envolvidas no encontro (adolescentes, mães e assistentes sociais) e do que representa a entrevista com o assistente social.

2.2.3 Alinhamentos

Em uma interação, o falante estabelece um alinhamento com os demais interactantes ao construir o seu discurso. Goffman ([1979] 2002) introduz o conceito de alinhamento como um desdobramento da definição de enquadre. O alinhamento refere-se à projeção pessoal dos participantes de um encontro social e aos ‘status de participação’. A mudança do alinhamento implica uma mudança no enquadre do evento.

Goffman desenvolveu a noção de alinhamento¹ (*footing*) a partir da discussão dos conceitos tradicionais de falante e ouvinte. Ele expande esses conceitos em elementos menores e analiticamente coerentes ao olhar para o processo de co-construção de sentido.

A análise tradicional “do dizer e do que é dito” (Goffman, [1979] 2002, p. 114) descreve uma conversa como uma situação em que alguém fala (denominado falante) enquanto alguém ouve (denominado ouvinte). O interesse dos dois concentra-se no que é dito. No curso do encontro, os papéis de falante e ouvinte se alternam.

Goffman decompõe a noção de ouvinte, a partir da diferenciação de posições de participação no encontro, em seus processos de laminação: ratificado, não ratificado, circunstancial, etc. O autor esclarece que, em uma conversa, o preenchimento dos papéis dos participantes depende da ratificação dos mesmos pelo falante. Temos, assim, na estrutura de participação, interlocutores destinatários e interlocutores não-destinatários. O participante ratificado é o “endereçado”, para o qual o falante direciona a sua atenção visual e com quem articula a troca de papéis interacionais. O participante não-ratificado é aquele que não participa oficialmente da conversa, mas pode acompanhá-la, intencionalmente ou não. Há, ainda, os participantes circunstanciais, que acompanham a conversa “por acaso”, temporariamente. Além desses tipos de ouvinte, Goffman cita a platéia, que exercerá o papel de fazer apreciações sobre o que é dito e expressar seu posicionamento através das expressões faciais, não verbais, mas não poderá responder diretamente àquele que estiver com a palavra. Assim, no caso da entrevista com o assistente social, o profissional tem o poder institucionalizado de conduzir o encontro. Ele ratifica os participantes da conversa, selecionando quem vai falar: ele, o adolescente ou a mãe.

Da mesma forma, o falante pode ser examinado em termos do formato de produção da interação. O papel de falante também é, de igual forma, desmembrado em traços descritivos mais específicos. Ele pode funcionar como animador, principal ou responsável. O participante que tem a palavra em uma interação pode usar o seu espaço na interlocução para proferir palavras de outrem, funcionando como um animador do discurso do outro. Em nossa análise, isso

¹ Alguns estudiosos diferenciam estes dois termos: alinhamento e footing. No entanto, em nossa pesquisa, estaremos usando-os como termos sinônimos.

acontece muito na fala dos assistentes sociais, que, por vezes, reproduzem discursos de direitos legais dos adolescentes durante as entrevistas. De outra forma, o falante pode expressar seus próprios sentimentos e palavras, nesse caso, o falante assume a função de autor. Ele pode também verbalizar suas crenças, comprometendo-se com o que foi expresso, assumindo, assim, a posição de responsável, construída discursivamente na interação.

Goffman propõe que as definições de falante e ouvinte sejam observadas a partir dessas noções de estrutura de participação, formato de produção e recepção de elocução, introduzindo, assim, o conceito de footing.

Footing, segundo Goffman, é:

“O alinhamento, ou porte, ou o posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal do participante está de alguma forma em questão (...) Uma mudança de “footing” implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes expressa na forma como administramos a produção ou recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso “footing” é outra maneira de falar sobre a mudança em nosso enquadramento para eventos” (Goffman, [1981] 2002, p.128)

A noção de footing, então, relaciona-se à dinamicidade inerente às interações. Durante os encontros sociais ocorrem muitas mudanças. A participação de um falante em uma situação interacional se faz com alinhamentos que são instituídos no curso da interação. Uma informação pode ser comunicada com diferentes alinhamentos, provocando, proporcionalmente, sentidos radicalmente diferentes. Enfim, o efeito que uma declaração produz em um ouvinte depende do alinhamento em que ela tenha sido comunicada (cf. Tannen, 1986).

2.3

Posicionamentos

Um outro importante conceito utilizado em nossa pesquisa é o de posicionamento. O termo tem sua origem nos estudos de Louis Althusser (cf. Widdicombe, 1998). Para o filósofo francês, os sujeitos são ‘posicionados’ pela ideologia do grupo social. A partir desse ‘lugar’, o sujeito constrói, social e discursivamente, suas identidades. No conceito de Althusser, no entanto, o sujeito não pode escolher o posicionamento a ser construído na interação. Isso é determinado ideologicamente e, ao sujeito, cabe reconhecer e assumir a sua ‘posição’.

Posteriormente, Hollway (1984)¹ introduziu esse termo nas Ciências Sociais, ao analisar a construção da subjetividade nas relações heterossexuais. Estudando a construção dos gêneros no discurso, Hollway afirma que

“os discursos disponibilizam posições para os sujeitos assumirem. Essas posições são em relação a outras pessoas. Como o sujeito é objeto de uma sentença... mulheres e homens são localizados um em relação ao outro pelos significados disponibilizados por um discurso em particular” (Hollway, 1984, p.236 apud Van Langenhove e Harré, 1999, p.16).

A autora enfoca o aspecto relacional do conceito de posicionamento. Em uma conversação, as escolhas das ‘posições’ são sempre feitas em relação aos demais participantes do encontro social. Sendo assim, em uma conversa, ao mesmo tempo em que um indivíduo se posiciona, ele está, relacionalmente, posicionando os demais interlocutores, que poderão aceitar ou recusar a posição que lhes foi designada. No caso de recusa, as posições poderão ser reformuladas.

Davies e Harré (1990) enfocam essa dinamicidade das relações sociais ao tratar do conceito de posicionamento numa perspectiva da psicologia social. Eles estabelecem parâmetros para a análise de posicionamentos discursivos, a partir da noção de que a identidade não é dada a priori, mas negociada e construída local e discursivamente.

¹ HOLLWAY, W. Gender difference and the production of subjectivity. In HENRIQUES, J.; HOLLWAY, W.; URWIN, C.,V. & WALKERDINE, V. (Eds) **Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity**. London: Methuen, 1984.

Quando o indivíduo constrói a sua fala, estabelece um ponto e referência a partir do qual a sua fala deve ser entendida e, ao mesmo tempo, a sua escolha lingüística posiciona o outro como um receptor específico de sua mensagem. Posicionar é, portanto, no dizer de Davies e Harré (1990, p.48),

“o processo discursivo por meio do qual “eus” são situados nas conversações como participantes observáveis, subjetivamente coerentes, que constroem histórias em conjunto”.

Os posicionamentos são estabelecidos a partir das escolhas lingüísticas feitas pelos falantes. Essas construções lingüísticas produzem imagens e metáforas que projetam maneiras de ser tanto para o falante, quanto para o ouvinte.

Esse aspecto metafórico do conceito de posicionamento é retomado em Harré e Van Langenhove (1999). O posicionamento refere-se a atributos morais e pessoais dos participantes de uma conversa. Uma pessoa, por exemplo, pode posicionar-se ou ser posicionada como dominadora ou submissa, ditadora ou democrata numa situação de interação. A posição pode determinar como o que foi dito deve ser entendido. Um grito de alguém numa posição de dependente pode ser entendido como um pedido de ajuda. O mesmo grito proferido por alguém numa posição hierarquicamente superior aos demais participantes de uma situação interacional pode ser interpretado como uma ordem. O posicionamento é, portanto, o lugar de onde se fala e possibilita que a identidade pessoal de alguém seja expressa e experienciada (Van Langenhove e Harré, 1999, p.62).

Harré e Van Langenhove (1999) destacam que o posicionamento nem sempre é resultado de uma ação intencional. Um participante de uma interação pode, por exemplo, ao fazer um oferecimento, ser posicionado de diferentes formas pelo ouvinte (alguém que estabelece relações de troca de favores, alguém pleno de generosidade, altruísta, presunçoso, entre outros) que não traduzem necessariamente a intenção do falante. Esse é apenas, segundo Van Langenhove e Harré (1999), um dos modos em que pode ocorrer o posicionamento na conversa. Os autores definem algumas das possíveis formas de ocorrência do posicionamento na prática discursiva. Essas formas de posicionamento, relacionadas abaixo, não são excludentes, dessa forma, um posicionamento de primeira ordem pode tratar-se de um autoposicionamento, moral e tácito.

a) Posicionamento de primeira e de segunda ordem – quando o sujeito, ao posicionar-se, posiciona os outros dentro de um espaço essencialmente moral. Quando alguém faz um pedido a uma outra pessoa, por exemplo. Esse modo de o falante posicionar-se e, conseqüentemente, posicionar o outro pode ser questionado. Nesse caso, ele precisa ser redefinido, surgindo, então, o posicionamento de segunda ordem.

b) Autoposicionamento e posicionamento do outro - como prática discursiva, o posicionamento acontece na conversação. Quando um indivíduo posiciona-se, está, obrigatoriamente, posicionando os outros participantes da conversa.

c) Posicionamento moral e pessoal – as pessoas podem ser posicionadas em relação à ordem moral ou institucional da sociedade. Quando ocorre uma contestação desse posicionamento, o participante da interação pode posicionar-se fazendo referência a particularidades individuais.

d) Posicionamento tácito e intencional -. Quando um pai faz um pedido ao seu filho pode fazê-lo porque necessita de sua ajuda (posicionamento sem intenção de mostrar-se ditador, controlador e, conseqüentemente, sem intenção de posicionar o filho como submisso) ou porque deseja evidenciar que exerce domínio sobre suas ações (posicionamento intencional).

O posicionamento intencional pode ocorrer, segundo Van Langenhove e Harré, de quatro maneiras:

- 1) Autoposicionamento deliberado – quando o falante expressa a sua identidade. Isso pode ser observado quando o falante enfatiza uma série de ações realizadas por ele, quando expõe o seu ponto de vista ou quando se refere a fatos de sua autobiografia.
- 2) Autoposicionamento forçado – quando o falante é pressionado a expressar a sua identidade pessoal. Esse tipo de posicionamento pode ocorrer tanto quando o falante se vê obrigado a responder uma pergunta formal do tipo ‘como você tem passado?’, quanto numa situação institucional quando a assistente social pergunta ao paciente ‘como tem sido agora depois da alta hospitalar?’
- 3) Posicionamento deliberado de outros – quando uma pessoa, deliberadamente, posiciona uma outra pessoa, poderá fazê-lo em sua presença ou ausência. Nesse caso, pode ser classificado como fofoca.

A fofoca pode ser também uma maneira de o falante sinalizar que confia no ouvinte (‘que isto fique entre nós’ ou ‘eu estou lhe contando porque sei que você sabe guardar segredos’)

- 4) Posicionamento forçado de outros – quando o falante se vê obrigado a posicionar uma outra pessoa que pode estar presente ou não na situação de interação. Em nossos dados, isso pode ser observado quando, por exemplo, o assistente social indaga ao responsável ‘ele (o paciente) tem continuado o tratamento?’

Esse conceito de posicionamento na situação de interação desenvolvido por Van Langenhove, Davies e Harré traz importante contribuição para a nossa pesquisa, uma vez que o significado do que é dito tem grande relação com as posições ocupadas por falantes e ouvintes na situação conversacional. Sendo assim, “o que se fala” será analisado a partir do lugar “do qual se fala”.

2.4

Alinhamento e Posicionamento

Alinhamento e posicionamento são conceitos muito próximos por tratarem, ambos, de questões relacionadas ao aspecto dinâmico e relacional no estabelecimento dos papéis interacionais de falante e ouvinte em uma conversação. Em nossa pesquisa, optamos por trabalhar com esses dois conceitos porque entendemos que se trata de noções complementares.

Antes de qualquer distinção entre alinhamento e posicionamento, vale lembrar que são construtos teóricos desenvolvidos por estudiosos de áreas distintas. O conceito de posicionamento derivou dos estudos da psicologia social (Davies, Harré e Van Langenhove) na análise das relações interpessoais, enquanto o conceito de *footing* foi desenvolvido pelo sociólogo Goffman.

Ribeiro (2006), ao discutir a relação entre esses dois conceitos, explicita que, tanto posicionamento quanto alinhamento fazem referência “às mudanças sutis dos participantes associadas à intencionalidade do falante e aos aspectos perlocucionários da fala” (p.1). Uma outra similaridade apontada por Ribeiro diz

respeito ao fato de ambos sinalizarem as diferentes possibilidades de metagensagens no que é dito (conforme o alinhamento ou posicionamento que se construa). Como exemplo, a autora cita o grito de uma criança que pode ser entendido pela mãe como um pedido de atenção ou como um pedido de ajuda urgente. A resposta da mãe dependerá da sua interpretação da intenção da criança. O comportamento discursivo do falante (seja se posicionando ou estabelecendo um alinhamento) implica, então, em uma reação do ouvinte.

Harré e Van Langenhove (1999, p.195), ao discutirem a relação entre os conceitos de alinhamento e posicionamento esclarecem que uma das diferenças entre estabelecer um alinhamento e/ou uma posição está no fato de o posicionamento possibilitar a revelação ou atribuição de traços distintivos pessoais dos interactantes que são dispensáveis ao se estabelecer o alinhamento. Por exemplo, numa discussão sobre futebol, o falante não precisa ser um profundo conhecedor dessa modalidade esportiva para estabelecer um alinhamento de concordância ou discordância com os demais participantes do encontro, mas poderá ser posicionado como ingênuo pelos demais participantes.

Para estabelecer um alinhamento, segundo os autores, o falante só precisa ser reconhecido como participante da conversa. No posicionamento, há certas exigências sociais e pessoais que precisam ser reconhecidas por todos os participantes do evento¹.

Entendemos, como Ribeiro, que posicionamento e alinhamento possibilitam, na realidade, diferentes ângulos de análise. Para a autora, utilizar qualquer um desses conceitos seria suficiente para descrever “como alguém significa o que foi dito e feito e seus efeitos nas outras pessoas”, mesmo porque, como nos lembra Ribeiro, há situações de análise descritiva em que os dois conceitos são substitutivos.

Dessa forma, as relações estabelecidas entre assistente social e adolescentes/mães podem ser tratadas tanto sob o conceito de alinhamento, como o de posicionamento. No entanto, ao focar a questão de como os participantes são localizados no mundo social/moral ao qual as construções discursivas são

¹ Um interessante exemplo foi o que aconteceu na Copa do Mundo de 2002, quando a jornalista Fátima Bernardes era uma das enviadas da TV Globo para cobrir o evento. Nos debates que se seguiam a cada jogo ela não tinha dificuldades em se alinhar aos demais colegas como jornalista enviada (ela era a única mulher no grupo de jornalistas e comentaristas), mas todos os seus

remetidas, o conceito de posicionamento parece mais adequado. Tanto o alinhamento quanto o posicionamento podem sinalizar os papéis sociais dos interactantes. No entanto, quando for esse o caso, usaremos, em nossa análise, o termo alinhamento por entender que essa construção prevê, no mínimo, dois pólos numa relação. Por exemplo, ao estabelecer um alinhamento de orientação quanto aos direitos legais dos adolescentes, os profissionais evidenciam seus papéis sociais e constroem uma relação de orientador/orientado com os pacientes e com as mães.

O posicionamento, por sua vez, localiza os participantes em um outro aspecto dessa organização social. O falante, ao posicionar-se, se insere em uma ordem social/moral construída e a sua fala deve ser entendida de acordo com essa ordem, ou seja, ao se posicionar, o falante pressupõe uma determinada relação entre diferentes atores sociais numa estrutura constituída e é nessa estrutura que o falante se localiza e localiza os demais participantes da interação. Por exemplo, quando o assistente social pede que a adolescente Priscila explique o que ela entende por preconceito, ela descreve o comportamento preconceituoso e se posiciona socialmente como normal.

Ex.1:

83. Carlos é? como é que é esse preconceito?
 84. Priscila ah o pessoal ficava olhando pra mim, ficava perguntando, cochichando °um pelo do outro°
 85. não chegava perto de mim, como se eu tivesse uma doença contagio:sa, (.)

Quando Priscila se descreve com a construção verbal que indica uma condição, “como se eu tivesse”, constrói uma dada ordem social, em que as pessoas com uma deficiência física, como ela, estariam em situação social melhor que as pessoas portadoras de alguma doença contagiosa. É segundo essa ordem social que ela se posiciona. Esse posicionamento faz parte de um trabalho de construção da relação entre Priscila e o assistente social, nesse caso, os alinhamentos estabelecidos entre eles durante o encontro.

Além disso, quando a construção discursiva estiver se referindo ao tema ou tópico em questão, por exemplo, durante a discussão do tema *direitos da paciente Fernanda de freqüentar as aulas*, Neide, mãe de Fernanda, se posiciona como de

comentários eram relacionados pelos seus colegas à sua identidade feminina, posicionando-a como falante leiga e desautorizada (num contexto sociocultural em que ‘futebol é coisa de homem’).

acordo com uma proibição do acesso de Fernanda à escola, por acreditar que a doença de sua filha é contagiosa.

Sendo assim, para tratar da relação entre falante e ouvinte, na interação, usaremos o termo alinhamento; quando a fala estiver relacionada a uma ordem social/moral, faremos uso do conceito de posicionamento, como no caso exemplificado acima.

2.5

Identidade

Muitos estudiosos têm buscado responder às questões referentes à identidade do indivíduo contemporâneo. O interesse consiste em compreender como se dá a constituição das identidades de um ser que é múltiplo, em suas mais diversas possibilidades de atuação na sociedade (ver Hall, 2000; Mishler, 1999; Giddens, Beck & Lash, [1995] 1997; Woodward, 1997; Ting-Tommey, 1999).

Na medida em que este indivíduo estabelece novas relações sociais, as identidades construídas indicam um sujeito cada vez mais plural, que precisa lidar com múltiplas possibilidades de ser. A interação é o espaço onde as identidades dos indivíduos são atualizadas. Essas identidades “podem entrar em conflito ou se alinharem umas com as outras” Mishler (1999, p.8).

Isso se dá em função de essas construções identitárias não serem pré-existentes às interações sociais, mas nelas serem constituídas e definidas como tal. A fluidez das construções identitárias também interfere na organização da sociedade como um todo, colocando em discussão e redefinindo conceitos e paradigmas antes vistos como fixos e estáveis como os que se referem a gênero, sexualidade, relações de trabalho, etc. O estudo das identidades constitui-se em “um tema de interesse acadêmico cada vez maior como um instrumento conceitual com o qual se pode compreender e fazer sentido de mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas” (Woodward, 1997, p.1).

De acordo com estudos da sociolinguística interacional (Gumperz 1982; Tannen 1982; Schiffrin 1996, entre outros), ao interagir, o indivíduo faz escolhas discursivas que implicarão na construção de diferentes identidades.

Entender como os sujeitos são construídos nas situações interacionais significa compreender como as relações sociais se estruturam e como elas organizam as sociedades como um todo, uma vez que a construção dos fenômenos comunicativos tem estreita relação com a produção e reprodução das identidades sociais (Gumperz & Cook Gumperz, 1982). Identidade não é, portanto, um rótulo descritivo independente e fixo. Os indivíduos constroem suas identidades nas relações interpessoais.

Nesse estudo, as identidades construídas em situação de atendimento com o assistente social são analisadas a partir das perspectivas Sociointeracional (Goffman [1959] 1975; [1979] 2002, Schiffrin, 1994, 1996 e Ochs, 1993; Bastos, 1999a; 1999b; 2003); Socioconstrucionista (Moita Lopes, 2001); da Psicologia Social (Bruner, 1997; Mishler, 1999) e dos Estudos Culturais (Hall, 1999 [1992]; 2000).

Na vida cotidiana, as pessoas lidam com conceitos que são estabelecidos nos grupos sociais aos quais elas pertencem. Esses conceitos estão sujeitos a mudanças por força de pressões dos mais diferentes tipos. A organização de grupos menores na estrutura macro de uma sociedade, por exemplo, pode constituir-se em uma força propulsora de mudanças. Os conceitos de família, o papel social da mulher, os direitos trabalhistas da empregada doméstica, do negro, enfim, uma diversidade de modificações da estrutura social são desencadeadas, em um movimento dinâmico, a partir do agrupamento e organização dos membros dessa sociedade.

As atuações do indivíduo nos grupos sociais indicam as múltiplas possibilidades de construções de identidades, seja porque somos constitutivamente “uma colônia de possíveis si-mesmos” (Bruner, 1997, p.90), seja porque agimos a partir de objetivos interacionais específicos a cada encontro social, estejamos ou não conscientes desses objetivos.

Dessa forma, não podemos pensar na constituição de um sujeito unificado. Ao contrário, a humanidade tem percorrido, historicamente, uma trajetória da constituição de um sujeito unificado à deflagração de identidades cada vez mais fragmentadas na contemporaneidade (Hall, 1999 [1992]).

Hall (2000), a partir de uma visão histórica do conceito de identidade, argumenta que essa “crise de identidade” tem motivação histórico-social e se explica pelas profundas mudanças da história das sociedades. É na pós-

modernidade que vamos encontrar um sujeito que precisa saber atuar com diferentes e até contraditórias identidades. Sem uma identidade fixa, essencial ou permanente, o homem pós-moderno apresenta um quadro de identidades fragmentadas. O indivíduo é um ser plural e “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Isto porque a sociedade, assim como o homem que a constitui, também não é uma totalidade. Para o autor, as identidades pós-modernas estão passando por um processo de “descentralização”, isto é, estão cada vez mais “deslocadas” ou “fragmentadas”. O homem pós-moderno constrói diferentes e até contraditórias identidades em suas relações sociais. Sobre isto Hall (2000) esclarece que

“O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”.(p. 12)

A estrutura dinâmica dos encontros sociais torna possível o surgimento de diferentes afiliações identitárias no curso do encontro social. Durante o seu discurso, o falante torna relevante diferentes afiliações, relacionadas ao sexo, à idade, ao gênero, à profissão, etc. O que dizemos assume, assim, significado, conforme a identidade que está sendo construída no momento da produção discursiva.

Em uma única interação, há diferentes possibilidades de construção identitária, conforme as afiliações de grupo evocadas no discurso. Essas identidades podem se compor numa tessitura em que diferentes traços são projetados em um atravessamento identitário. Quando o indivíduo projeta-se socialmente em uma interação como uma pessoa carente, por exemplo, a construção do significado dessa projeção se faz a partir do cruzamento com o significado de outras identidades construídas no encontro social, por exemplo, a de adolescente, negro, do sexo masculino e doente. Resumidamente, podemos afirmar que é na interação que as identidades se constroem, a partir do uso de convenções linguísticas e sociais, das intenções comunicativas que se evidenciam no encontro e das relações estabelecidas entre as diferentes identidades construídas na interação social.

Identidade e alteridade (Bakhtin, 1981) formam um par inseparável. As identidades são local e interacionalmente construídas. A relação com o outro é a

condição básica para que as identidades tomem forma. Não podemos conceber a construção social do eu sem a presença do outro. A enunciação é produzida na, pela e para a interlocução, na qual estão envolvidos, ao menos, dois participantes. Sendo assim, o outro tem importante participação na produção discursiva do eu e entender o significado como resultado de uma co-construção, significa dizer que as identidades só têm sentido na situação interacional na qual elas emergiram, ou seja, o contexto, junto com a alteridade, constitui condição básica para que possamos compreender os significados das identidades construídas.

Nas entrevistas com os assistentes sociais, o indivíduo se projeta socialmente, em suas múltiplas possibilidades de ser. O interlocutor, por exemplo, constrói sua identidade de adolescente, pobre, deficiente, abandonado pela família, em um trabalho de construção que o posiciona na interação.

Assim, identidade é processo situacional e sujeito a reformulações, de ações compartilhadas pelos participantes de um encontro social e da intersubjetividade estabelecida nessa relação. Sobre isso, Pereira (2002, p.9) nos lembra que

“As identidades são mutáveis através dos processos comunicativos, [em que] há conflito em função de diferenças de modos/estilos de fala”.

Para observarmos, portanto, como as identidades de adolescentes e de seus responsáveis são construídas na situação de interação com o assistente social, necessitamos olhar para esse indivíduo como participante de uma situação de comunicação única e específica e como sujeito que também integra diversos grupos sociais e culturais, ou seja, precisamos ter “uma visão do *eu*” como aquilo que faz o falante (inferência e envolvimento) como membro de um grupo social e cultural e como um participante na construção social do significado (Gumperz apud Schiffrin, 1994, p.101).

Nesse sentido, identidade social é um termo que localiza socialmente a pessoa “incluindo status social, papéis, posições, relacionamentos, e relações institucionais e outras identidades comunitárias relevantes que alguém pode tentar reivindicar ou atribuir a alguém no curso da vida social” (Ochs, 1993).

Para Goffman ([1979] 2002, p.134), esse conceito de identidade social refere-se a uma pessoa que ocupa

“alguma qualificação especial como integrante de um grupo, posto, categoria, relação, associação ou qualquer fonte de auto-identificação socialmente referencial. Muitas vezes, isso significará que o indivíduo fala, explícita ou implicitamente, em nome de um “nós”, não de um “eu”

Em sua abordagem interacionista, Goffman ([1959] 1975) descreve o eu como um mosaico de ações que dirigem e determinam impressões no outro, como um ator em uma peça teatral. O falante age como em um “jogo ritual”, em que o objetivo principal é o seu julgamento pelos demais presentes no encontro social. A identidade é construída na produção discursiva dos falantes e situada no curso de uma determinada interação discursiva.

Esse trabalho de construção das identidades evidencia um movimento reflexivo, em que as identidades são influenciadas pelo contexto, mas também organizam esse mesmo contexto. A análise de “como [as identidades] afetam e são afetadas por divisões sociais, políticas e étnicas” (Gumperz & Cook-Gumperz, 1982, p.1) pode sinalizar os significados macro-sociais e micro-interacionais das nossas ações no uso que fazemos da linguagem. (Schiffrin, 1994).

2.6

Estigma

Ao se relacionarem, os indivíduos lidam com as diferenças entre o “eu” e o “outro”. Os participantes de um encontro social negociam e se relacionam com diferentes identidades construídas durante o encontro.

A estigmatização é uma das formas de lidar com a diferença. Quando o falante se constrói com uma identidade de estigmatizado, isso vai direcionar toda a relação com os demais participantes do encontro social. A construção de um estigma relativiza todas as demais identidades construídas no mesmo contexto discursivo. A estigmatização tanto pode ser resultado de uma auto-construção, como pode partir do outro. O falante constrói para o ouvinte uma identidade deteriorada. A diferença do outro, seja física, mental, social, de raça, de religião, etc, é classificada como indesejável pelo grupo social e, a partir dessa construção, o encontro social vai estar subordinado a concessões dos demais interactantes para que a relação continue.

A forma de lidar com a diferença tem relação com o prestígio social dessa diferença. Caso seja uma marca relacionada a atributos sociais e morais negativos, como incapaz, improdutivo, perigoso, pecaminoso, etc, o indivíduo pode ter sua identidade construída como uma extensão dos atributos da marca que carrega.

Nas entrevistas analisadas em nossa pesquisa há referências a estereótipos que classificam negativamente determinados atributos pessoais e sociais dos participantes do encontro. Isso resulta na construção identitária de indivíduos estigmatizados.

Entender como os estigmas influenciam as construções identitárias nas situações de interação social significa perceber como os indivíduos lidam com a diferença e quais as implicações disso na construção da sociedade.

A construção do estigma acontece fundamentalmente quando não são atendidas as expectativas socioculturais em relação ao cumprimento de normas pré-estabelecidas para as pessoas participantes de um determinado encontro social. Quando isso acontece, o indivíduo é considerado diferente e, na maioria das vezes, essa diferença é classificada como negativa para o convívio social. Ao definir estigma, Goffman (1963) lembra a origem grega do vocábulo que, inicialmente, nomeava os sinais feitos, por cortes ou a fogo, no corpo dos escravos, criminosos ou traidor, denunciando a todos a sua situação social negativa. A situação mais comum vivida por um indivíduo estigmatizado é, então, a expectativa do que é chamado de aceitação, quando, nos encontros sociais, é estabelecida uma diferenciação na relação com os normais.

Goffman (1963) traz um interessante enfoque sobre essa questão. Ele desloca o foco do estigma na pessoa para o atributo estigmatizante. O autor observa que o indivíduo estigmatizado apresenta diferentes comportamentos sociais, conforme a sua relação com o seu estigma e com os normais, assim como o indivíduo “normal” apresenta diferenças de comportamento conforme a sua relação com o estigma e com a pessoa estigmatizada. Isso significa dizer que a identidade de estigmatizado é interacionalmente construída.

Ao fazer referências sobre o indivíduo estigmatizado, Goffman revela em seu texto uma dupla perspectiva sobre o termo estigma. Para ele, o comportamento das pessoas é diretamente influenciado pelo fato de elas serem *desacreditadas* ou *desacreditáveis*. O indivíduo desacreditado reage a partir do princípio de que a sua característica distintiva já é conhecida ou evidente pelos

demais, isso pode ser observado, por exemplo, quando o estigma origina de uma marca física, como a paraplegia. O desacreditável age como se a sua característica distintiva não fosse conhecida pelos presentes e nem pudesse ser por eles percebidas, pelo menos não imediatamente; uma pessoa soropositiva, por exemplo, não precisa, necessariamente, lidar com esse diferencial em sua construção discursiva, desde que não haja manifestações aparentes da doença em seu corpo. Essas são formas especiais “de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman 1963, p.13) e, segundo Goffman, podem ser classificados em três tipos: *as abominações do corpo*, que são as deformidades físicas; *as culpas de caráter individual*, neste tipo estão incluídos o alcoolismo, o homossexualismo, o desemprego, etc; e *os estigmas tribais de raça, nação e religião*. Este último tipo de estigma atinge a linhagem, a família.

Goffman (1963) lembra que pessoas que se relacionam com o estigmatizado através de laços de intimidade (familiares e amigos, por exemplo) “estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam”. É como se o diferencial do indivíduo estigmatizado se espalhasse “em ondas de intensidade decrescente”.(p.39). É o que ocorre, por exemplo, com o filho de uma prostituta, a mulher de um ex-presidiário ou o irmão de um paciente mental.

A resposta do indivíduo à estigmatização pode se dar das seguintes formas:

- a) tentando mudar o que o torna diferente (nesse caso, o estigmatizado está sujeito a se transformar em vítima de pessoas que “vendem” a solução para o seu problema).
- b) tentando mudar indiretamente a sua situação de estigmatizado, dedicando-se a atividades restritas a pessoas como ele.
- c) Dando uma outra interpretação à sua dificuldade:
 - 1 – usando o seu estigma para explicar fracassos que, a priori, não estão relacionados;
 - 2 – atribuindo ao seu sofrimento conotações filosóficas (o seu sofrimento o ensina, o faz crescer, etc);
 - 3 – reinterpretando as dificuldades que os normais têm em aceitá-lo como limitações deles (os normais).

Diante da situação de estar “sob olhar analítico do outro” o indivíduo estigmatizado pode assumir tanto uma postura defensiva, retraindo-se, como também pode agir agressivamente, ou ainda oscilar entre passividade e agressividade. Esses comportamentos dos indivíduos estigmatizados relacionam-se com a concepção e o entendimento de sua própria história.

A construção do eu estigmatizado é influenciada por informações sobre o estigma. Segundo Goffman, nos contatos sociais, a tensão primordial está na decisão de ocultar ou revelar o que é considerado, socialmente, um defeito ou desvio da norma. Nesse trabalho de ocultamento e revelação, os fatores importantes e decisivos dizem respeito ao *caráter da informação social*, à *visibilidade* do estigma e à questão da *identificação*.

Quanto ao *caráter da informação*, Goffman lembra que, em se tratando de estigma, as informações mais relevantes são as características mais ou menos permanentes do indivíduo, “em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento” (p. 52). Essas informações sociais são veiculadas por signos transmitidos na presença imediata do indivíduo ao qual se refere.

Os signos que transmitem alguma informação social podem ser considerados símbolos e podem ser classificados como *símbolos de prestígio*, quando carregam alguma informação de honra ou posição social privilegiada; *símbolos de estigma*, que pode levar a uma desvalorização do indivíduo; e *símbolos desidentificadores*, que funcionam como uma tentativa de quebrar com a imagem negativa produzida pelo estigma. Há ainda os *símbolos efêmeros*, que “têm apenas uma função informativa superficial”. É o que acontece, por exemplo, com os viciados. Ainda que eles abandonem o vício, as marcas nos braços constituirão em símbolos aos quais atribuímos informação social. Esses símbolos podem variar em sua significação conforme o defeito seja congênito ou não, temporário ou permanente. Eles podem variar também de acordo com o valor que lhe é atribuído pelo grupo social.

A *visibilidade* de um estigma, um outro fator importante no trabalho de ocultamento e revelação do atributo classificado negativamente pelo grupo social, é apresentada pelo autor na medida em que pode ser diferenciada: *com a possibilidade de o atributo ser conhecido*. Neste caso, qualquer contato social poderá revelá-lo; *com a sua “intrusibilidade”*, pois, mesmo percebido, o estigma

pode não interferir diretamente na situação interacional; *com o seu “foco de percepção”*, o incômodo trazido pelo estigma pode ser só inicial e/ou na atribuição de alguma tarefa que o indivíduo esteja impedido de realizar em função do atributo estigmatizante (é o que ocorre, por exemplo, com um analfabeto em um grupo de indivíduos letrados ao ser solicitado para que faça a leitura de alguma informação escrita).

Quanto à *identificação*, outro fator preponderante na tarefa de exibir ou ocultar o estigma, Goffman a relaciona à maior ou menor intimidade entre os interlocutores. Goffman (1963) introduz a noção de identidade pessoal como o que constrói o indivíduo como único e inconfundível. Suas peculiaridades, sua história de vida tornam-no exclusivo. A construção dessa identidade implica na revelação de características e fatos de sua vida pessoal. Essa revelação é dosada pelo estigmatizado conforme a localização de seu interlocutor num contínuo que vai desde a relação com um total desconhecido até o pólo oposto que é a intimidade. No entanto, o autor adverte que a familiaridade não garante a total aceitação.

Além do estudo clássico de Goffman (1963), outros autores embasam a nossa análise, como Jones et al. (1984), Margareth Shih (2004) e Cree et al. (2004).

Jones et al. usam o termo "marca" para definir estigma. Essa ‘marca’ relaciona-se com o que é não-convencional na sociedade. Segundo eles, quando a ‘marca’ relaciona o indivíduo a “características indesejáveis que o desacreditam” surge o estigma.

Margareth Shih (2004) analisa o comportamento de indivíduos que conseguiram transformar o efeito negativo do estigma, através dos processos de: (1) compensação; (2) interpretações estratégicas do ambiente social; e (3) focalização nas identidades múltiplas.

Finalmente, Cree et al. (2004) estudam a influência do estigma do HIV/AIDS na vida de crianças e adolescentes com pais soropositivos. Elas analisam relatos de filhos de pais contaminados com o HIV, observando como essas crianças e adolescentes compreendem o estigma e como elas lidam com os efeitos da estigmatização de um membro da família.

Algumas dessas pessoas, por alguma condição pessoal permanente, podem ter que lidar mais frequentemente com a identidade de estigmatizado. Dessa

forma, esses indivíduos acabam por receber tal designação. No entanto, Goffman nos lembra que um indivíduo estigmatizado em um determinado contexto pode agir de forma preconceituosa em relação a um outro estigma numa situação em que o seu diferencial seja anulado ou não seja relevante. Nesse caso, ele poderá posicionar-se como normal e construir-se positivamente em relação a um outro indivíduo que ocupa o lugar do estigmatizado na interação.

É bom lembrar que essas classificações de normais e estigmatizados não são, de forma alguma, um tratado divisório da humanidade em duas pilhas. Para Goffman (1963), trata-se de uma análise da atuação social do indivíduo, que pode interagir ora como estigmatizado, ora como normal. O cumprimento ou não das normas previstas para o encontro é que definirão estas perspectivas no comportamento das pessoas.

2.7

Narrativa

As narrativas construídas nas interações discursivas constituem-se em importante instrumento de negociação e construção de identidades: “organizamos nossas idéias sobre ‘nós -mesmos’ e sobre nossas ‘identidades pessoais’ em padrões de narrativa” (Bockmeier & Harré, 1997, p.264). Por vezes, os adolescentes e suas mães constroem narrativas durante a interação com o serviço de assistência social, que retratam a convivência, não só dos adolescentes, mas também da família, com a doença.

Para analisarmos as narrativas construídas na interação discursiva com o serviço social, faz-se necessária a definição de termos como ‘narrativa’, ‘estória’ e ‘evento’.

Para a nossa análise, estamos considerando evento como um fato ‘contável’, relacionado à experiência vivenciada por alguém (não necessariamente pelo narrador). No entanto, para tornar-se ‘contável’, depende do olhar do narrador e das possibilidades de sua inserção no contexto conversacional, sua relevância na circunstância da interação.

Organizamos nossas falas sobre a vida de uma forma geral através de narrativas (Riessman, 1993). Labov (1972) descreve a narrativa, em termos de sua organização básica, como unidade constituída de sumário, orientação, ação complicadora, avaliação, resultado e coda, entendendo narrativa como “um método de recapitular experiências passadas”.

Normalmente, a narrativa é iniciada por uma seqüência de orações que resumem toda a história. É nesse momento que o narrador indica o ponto principal da história, a razão de ser da narrativa. Depois dessa seção de **resumo**, o narrador costuma identificar de alguma maneira o tempo, o lugar, as pessoas e as circunstâncias. Essa identificação pode ocorrer em diferentes momentos ou em uma seção de **orientação**.

Após sumarizar, orientar a estória, o narrador constrói orações ordenadas em uma seqüência temporal. Esses enunciados constituem o que Labov chama de **ação complicadora** e são considerados, pelo autor, indispensáveis à narrativa, já que a estrutura narrativa não precisa apresentar todos os itens acima relacionados. Uma seqüência de dois enunciados ordenados temporalmente constitui uma **narrativa mínima**.

Há também enunciados apresentados ao final da narrativa que assinalam que a narrativa terminou. É a **coda** e funciona para encerrar a seqüência de ações complicadoras e retornar ao tempo presente. Há narrativas em que a ação complicadora é finalizada por enunciados chamados de **resolução**, que expressam como foi o desfecho dos acontecimentos.

O mais importante elemento de uma narrativa em adição aos enunciados da narrativa básica é a **avaliação**. É a forma de o narrador indicar a razão de ser da narrativa e aonde ele está querendo chegar. Labov (1972) destaca que a avaliação pode ser externa ao fluxo da narrativa ou encaixada, nesse caso, o narrador pode fazer uso de intensificadores ou repetições para indicar a sua avaliação do que aconteceu. Há também a avaliação intermediária, entre a externa e a encaixada. A avaliação intermediária ocorre, por exemplo, quando é realizada na voz do outro, através da fala relatada.

Os trabalhos de Labov tornaram-se referência nos estudos de narrativa, no entanto, outros estudiosos têm discutido e ampliado as noções que envolvem esses estudos (Bastos, 1999a; 2004; Mishler, 2002; Linde 1993; 1997). Linde (1997) define avaliação como “qualquer instância de um falante que indique o valor e o

significado social de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento”. Ela propõe uma extensão da definição de avaliação, distinguindo duas dimensões de avaliação: a referente à reportabilidade e a referente a normas sociais. A primeira dimensão relaciona-se à noção de reportabilidade, à idéia de que as circunstâncias que tornam uma narrativa contável precisam ser extraordinárias, não podem ser previsíveis. A segunda dimensão refere-se a normas sociais, é uma forma particular de julgamento normativo, é o “coração” da narrativa.

Não iremos diferenciar narrativa de estória, mas ao definirmos estória, torna-se necessário, também, distinguir estória de história. Deixando de lado as definições dicionarísticas e mais puristas que definem estória como um anglicismo, tomamos emprestado o conceito de Linde (1993) sobre *estória de vida*. Enquanto a estória de vida passa por um processo de interpretação, a história pode ser entendida como uma coleção de fatos, um exemplo seria o histórico do paciente. As histórias de vida constituem uma maneira de nos afiliarmos aos valores morais de um grupo, relacionam-se, portanto, a um sentido de pertencimento. Quando contamos nossas histórias de vida, é a partir de um propósito interacional. Sendo assim, a mesma história poderá ser contada de diferentes maneiras em momentos distintos. Estórias podem, inclusive, ser encadeadas em um movimento em que “uma história puxa outra”, sem que a ordem cronológica em que os fatos ocorreram seja, necessariamente, obedecida.

Já no estudo da estrutura narrativa, a sequência temporal é o critério utilizado pelos estudiosos para distinguir esse de outros gêneros do discurso. Mishler (2002) discute a problemática da ordenação temporal nos estudos da narrativa. Ele se refere ao modelo descritivo de tempo do relógio/cronológico e o modelo descritivo de tempo narrativo/experiencial. Segundo ele, a ordem temporal é necessária, mas não deve ser o único critério para distinguir uma listagem sequencial de eventos e uma sequência de eventos que compõem uma história.

“Uma narrativa deve ser mais do que uma coisa depois da outra. Alguma forma de conexão significativa entre os episódios se faz necessária para que os ouvintes/leitores e os analistas reconheçam um trecho de fala ou texto como um todo com contornos definidos, ou gestalt, com início, meio e fim, que, tomados em conjunto, têm um propósito” (p.98)

Segundo Mishler (2002), uma mera seqüência de fatos, em ordem cronológica não define a unidade narrativa. O tempo cronológico funciona como uma forma de organizar o enredo da história, mas uma história é estruturada e entendida a partir do seu tempo narrativo. O todo é resultado de uma relação de significância entre os episódios. Essa relação de significação entre as seqüências não se faz, necessariamente, na ordem cronológica do tempo. O importante é que a seqüência de eventos construa um todo significativo. Uma narrativa é “governada como um todo pelo modo como termina”(Ricoeur, 1980). O modelo descritivo de tempo narrativo / experiencial surge como

“uma alternativa que dê espaço aos indivíduos para agirem no presente e em direção a um estado futuro desejável ou para longe de um estado indesejável de coisas futuras, alternativa que dê espaço para seus modos de reinterpretar o significado de eventos passados em termos de conseqüências posteriores, por meio das quais eles redefinem quem são e revisam os enredos de suas histórias de vida.”(Mishler, 2002, p.104)

Recontamos de diferentes maneiras as nossas lembranças do passado, de acordo com as novas identidades que construímos durante a história de nossas vidas. O ato de recordar implica em uma reorganização do passado, a partir do presente. As conexões que antes não eram percebidas tornam-se evidentes e as pessoas que participaram conosco de nossas experiências vividas no passado são reposicionadas, inclusive, a nossa posição também é revista. Reenquadrados constantemente as experiências do passado, tendo como referência a nossa vida em curso. Narrar é, portanto, uma forma de resignificar os eventos passados em direção ao desfecho dos fatos, ou seja, o desenvolvimento e término da narrativa são construídos na direção da (re)construção de significados, e não apenas como uma ordenação temporal de eventos.

Norrick (1998) estuda a questão da recontagem de estórias como se os falantes reeditassem um mesmo “esqueleto” narrativo. Para ele, é possível, a partir de uma análise comparativa, separar os enunciados núcleos que reproduzem o evento ocorrido. Ao recontar uma estória, segundo o autor, o falante “costura” esses enunciados de acordo com a necessidade do contexto conversacional. Dessa forma, a mesma pessoa pode ter diferentes performances narrativas ao contar diferentes estórias do mesmo evento.

2.8

Contexto institucional – saúde

A maior parte dos profissionais da saúde conta com o discurso do paciente para fazer seus diagnósticos. Muitas das vezes, a linguagem não é somente um recurso auxiliar, mas o único que o profissional tem disponível na sua rotina de trabalho. Este fato tem despertado o interesse pelo estudo da interação em contextos institucionais na área da saúde (Ribeiro, 1994, 1997; Mishler, 1984, 1997; Lopes Dantas, 2001).

O estudo das narrativas, por exemplo, pode esclarecer como o profissional auxilia ou dificulta o paciente no processo de co-construção das narrativas e qual a influência disso no encaminhamento dado ao tratamento médico. Mishler (1997) discute a importância do estudo do ato de narrar, observando que é muito freqüente a narração em entrevistas de qualquer tipo. A análise desse tipo de construção é feita por ele sob a perspectiva de que “estruturas, funções e significados específicos de cada narrativa são produzidos pela interação entre dois falantes”. O interesse dele é observar a co-construção de histórias em situação de entrevista médica e investigativa.

Os encontros clínicos, segundo Mishler (1997), podem ser facilitados ou não, conforme a atitude dos profissionais envolvidos no atendimento. As entrevistas diagnósticas são iniciadas, freqüentemente, com uma pergunta do médico sobre o problema do paciente, desencadeando, como resposta, uma história em que o paciente expõe a sua angústia e a sua história. Um médico atento, que estabeleça uma relação de colaboração, certamente tornará essa tarefa mais fácil de ser realizada. A dinâmica da entrevista médica, os tipos de perguntas realizadas e as respostas dadas ao paciente produzem a narrativa do paciente.

O fato de as histórias contadas no contexto hospitalar serem interacionalmente co-produzidas deve ser considerado pelos profissionais de saúde. O estudo dessas narrativas, tanto na forma oral como escrita (ver Oliveira e Bastos, 2001), constitui uma importante tarefa dos estudiosos que se dedicam a esse tipo de investigação. A análise sociolingüística tem muito a acrescentar sobre essa relação médico-paciente.

A relação médico-paciente é também contemplada nos trabalhos de Ribeiro (1994, 1997) e Lopes Dantas (2001). A partir das noções de enquadre e esquema de conhecimento, entrevistas com pacientes psiquiátricos são analisadas e a coerência discursiva na fala de pacientes em crise psicótica é investigada. A discussão sobre a correlação entre a linguagem e o pensamento, nesses estudos, indica que os “distúrbios de pensamento ou distúrbios da fala podem, no entanto, apresentar níveis de coerência própria” (Ribeiro, 1997, p.39). A noção de enquadre possibilita a identificação de “segmentos coerentes” em discursos aparentemente caóticos, como a fala de um indivíduo com distúrbios de pensamento.

Durante as entrevistas analisadas em nossa pesquisa, os pacientes e suas mães constroem as suas estórias de vida ou a história de suas doenças. Diante disto, o assistente social precisa estar atento às mudanças de alinhamentos, posicionando-se ora como terapeuta, ora como confidente, entre outros. E, acima de tudo, o profissional da saúde precisa estar apto a identificar os diferentes enquadres do discurso do paciente, sob o risco de perder a coerência do relato.

O intercâmbio entre profissionais da saúde, lingüistas e analistas do discurso produz resultados que nos aproximam do entendimento dos problemas relacionados a questões interacionais. Ignorar o processo de construção do discurso e a complexidade do seu uso significa lançar na obscuridade o mecanismo que faz do homem um ser social. Ao contrário, um olhar mais atento para o que o indivíduo produz lingüisticamente revela caminhos para que este indivíduo possa ser melhor atendido em sua totalidade.